



VIII CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA

40 anos de democracias: progressos, contradições e perspectivas

ÁREA TEMÁTICA: Identidades, Valores e Modos de Vida [ST]

“QUANDO O ESPELHO NÃO REFLETE A IMAGEM”: IDENTIDADES NO CONTEXTO DO TRABALHO SAZONAL DA CANA DE AÇÚCAR.

SANTOS JÚNIOR, Jaime

Doutorando em Sociologia

bolsista da Fapesp, Universidade de São Paulo

jaimesjr@usp.br

Resumo

Esse artigo elege como objetivo principal analisar o modo como se erigem as identidades no contexto do trabalho sazonal na colheita da cana-de-açúcar. O interesse analítico recai sobre os nexos entre a experiência do trabalho e o modo de vida dos trabalhadores. A análise dos resultados evidenciou, a partir das representações sociais feitas sobre o contexto de vida e trabalho, o modo ativo pelo qual os indivíduos fazem a mediação dos elementos de ordem “estrutural” que constroem as suas ações. Desse modo, sai de cena uma imagem que os toma como “passivos” ou “alienados” ante as condições impostas pelo contexto em que vivem. Para tanto, recorre-se a uma abordagem ligeiramente distinta que, conquanto não desconsidere o caráter precário das relações de trabalho, traz a lume as estratégias de ação construídas pelos indivíduos para fazer frente a esse cenário. Assente em uma microsociologia das relações sociais cotidianas e na noção de reflexividade, a abordagem teórica aqui desenvolvida procurou sublinhar a importância do conteúdo dessas relações, que fundamentam as identidades, nas formas de reprodução social. O recorte espacial da pesquisa ocorreu em uma região de retomada do crescimento da produção sucroalcooleira, o estado de Sergipe. O desenho metodológico, de tipo qualitativo, esteve ancorado em entrevistas biográficas com trabalhadores ocupados com a atividade do corte da cana-de-açúcar e selecionados controlando atributos como condição de gênero, faixa etária, proveniência, experiência de migração, tempo de trabalho e local de moradia.

Abstract

This paper aims to analyze how the sugar cane harvest workers built their identities. The analytical focus lies on the relation between the job experience and the lifestyle of workers. By analyzing the social representations made by the workers about the context of their life and work, the results show the active mode by which individuals do the mediation between the elements of "structural" order and their actions. Thus, what we see is not the ordinary picture that has been made about them as a "passive" or "alienated" subjects, which is related to the conditions imposed by the context in which they live. This study appeals to a slightly different approach that brings to light the strategies built by individuals in face of the social context, while not disregard the precarious aspect of employment relationships. Based on a microsociology of everyday relationships and the notion of reflexivity, the theoretical approach developed here also sought to emphasize the importance of the content of those relationships, which underlie the identities, in the processes of social reproduction. The fieldwork took place in Sergipe, which is a new frontier in the economic growth of this industry. As a qualitative research, the methodological design was based on biographical interviews with workers who harvested sugar cane. They were selected observing the condition of gender, age, provenance, migration experience, working time and dwelling-place as well as direct observation of work spaces and side work.

Palavras-chave: Trabalho; identidade; setor sucroalcooleiro; Brasil.

Keywords: Work; Identity; alcohol sector; Brazil.

1. O campo de discussão

O Brasil é, hoje, o maior produtor de cana-de-açúcar do mundo. Sua plantação ocupa cerca de 8 milhões de hectares, o que permite a existência de duas safras por ano na somatória das regiões produtivas. Existe, portanto, produção de açúcar e álcool durante todo o ano, para os mercados externo e interno. O setor movimentava um mercado de trabalho que atinge a marca de mais de 4 milhões de postos, entre empregos diretos e indiretos. Uma vez que a maior parte dessa mão-de-obra é composta por trabalhadores envolvidos nas etapas entre o plantio e a colheita, e a despeito do crescente processo de mecanização, especialmente com a introdução das colheitadeiras, esse montante absoluto esconde um decréscimo relativo de mão-de-obra empregada, já registrado por alguns estudos. Tal processo tem sido impulsionado, também, pela exigência do fim das queimadas. Esse recurso, amplamente usado na fase imediatamente anterior ao corte, vem sendo contestado em virtude do impacto ambiental que produz. Assim, para que o etanol seja apresentado enquanto uma “energia limpa” é preciso acelerar o fim das queimadas.

No tocante ao processo de trabalho, outra característica marcante do setor refere-se à existência de ampla parcela de mão-de-obra “volante”. São trabalhadores que se deslocam entre as regiões produtivas com o fito de maximizar as chances de emprego. As imagens associadas ao trabalho na cana-de-açúcar logo remetem a ideia da “precariedade”, da “degradação” física do trabalhador. Afinal, o setor apresenta o que há de mais moderno em termos de tecnologia agrícola e industrial, mas, por outro lado, convive ainda com formas de trabalho tidas como “precárias”. Talvez por isso, ao percorrer a literatura que trata do trabalho nos canaviais, é possível identificar um léxico que se reproduz em vários estudos, tais como: “precarização do trabalho”, “reestruturação produtiva”, “camponês”, “proletário”, entre outros. Eles aparecem de modo recorrente, embora nem sempre significando a mesma coisa. Isso ocorre, em parte, por uma razão evidente: o elemento que salta à vista quando nos deparamos com as condições de trabalho nos canaviais brasileiros é, de fato, o seu caráter precário. Mas, e como forma de abrir e encaminhar a discussão que segue, pergunto: é possível arguir de outra maneira sobre os mesmos fenômenos? Não necessariamente secundarizando àqueles conceitos, mas vendo-os através das lentes dos sujeitos que vivenciam essas situações de vida e trabalho. Aqui radica o que me proponho a fazer neste estudo.

Na abordagem aqui desenvolvida, esforço-me para pôr em suspensão esse léxico assumido *parti pris*, ao passo em que procuro garimpar as formas nativas nas quais ele se manifesta para os indivíduos no cotidiano de suas vidas. Dito de outra forma, importa responder as seguintes perguntas: qual é a experiência advinda no trabalho no corte da cana? De que forma se erigem identidades do trabalho nesse contexto? Quais são as estratégias tecidas para fazer frente a uma situação de vida e trabalho sempre associada à precariedade? Estas são perguntas que nos servirão de guia. A minha hipótese é a de que a forma como as identidades são assumidas e/ou negadas, o que chamo de “negociação identitária”, deixa entrever um campo de tensões que expressa a capacidade de *reflexividade* dos indivíduos. Como quer aludir o título desse artigo, e voltarei a essa questão mais a frente, as identidades não se deixam flagrar à primeira vista como reflexos em um espelho.

De um modo simples, estou me contrapondo a interpretações que omitem, ou mesmo desprezam um elemento caro à sociologia, a saber, a dimensão da *agência*. Sim, porque ao supor que a relação “capital versus trabalho” somente pode ser compreendida pelos elementos estruturais que a organizam, despreza-se, com isso, o conteúdo das relações sociais concretas, vistas como sendo uma variável dependente. A pospelo, o que se propõe aqui é recuperar o modo ativo – agora uma variável interveniente – como os indivíduos (ou grupos) interpretam as suas condições de trabalho e vida nos canaviais e desenvolvem estratégias de resistência. Como veremos, esse deslocamento de enfoque atinge boa parte da literatura que trata das relações de trabalho no complexo sucroalcooleiro, cujo recorte analítico se dá, mais das vezes, pela chave da “precariedade” (por vezes “precarização”) do trabalho. Esse é o elemento que dá o tom da narrativa presente em muitas análises, não sendo possível qualquer outra conclusão que não seja o desenrolar da tragédia.

Sou desafiado a pôr em suspensão as identidades postizas, tais como: “camponês”, “proletário”, “assalariados”, “trabalhador migrante”, em geral assumidas de modo acrítico e imputadas aos sujeitos a que elas se referem de modo arbitrário. Não se trata de desprezá-las, todavia, interessa-me aqui o modo como elas são ritualizadas pelos sujeitos, assumidas ou negadas. Isso requer que invertamos a metodologia de

análise. Parto de uma perspectiva *from the ground level*, ou seja, que se atêm as estruturas de dominação, mas que não prescinde do papel dos “dominados” no afã de perscrutar os diferentes significados simbólicos que estão em jogo. Como veremos, a face precária do trabalho no corte de cana é reconhecida pelos próprios indivíduos e, ao mesmo tempo, negada. Essa “negação” esconde a maneira como ele equaciona os seus interesses por razões múltiplas. Caso contrário, ficaríamos retidos na imagem, usualmente transmitida em muitos estudos, de que se tratam de sujeitos “passivos”, “submissos”, “alienados” ante as condições imperativas impostas pelo contexto.

O recorte empírico da pesquisa também apresenta algumas particularidades. Primeiro, não é comum encontrar pesquisas sobre o tema das identidades que emergem a partir da experiência do trabalho nos canaviais. Sendo mais recorrente a discussão sobre identidades camponesas. Em segundo, a região onde se realizou a pesquisa de campo está fora do que poderíamos chamar de “o olho do furacão”, ou seja, a região Centro/Sul do Brasil, onde se concentra 90% da produção sucroalcooleira. A despeito de ocupar uma posição marginal em termos de volume de produção e mão-de-obra empregada, houve um processo de retomada/expansão da produção em tempos recentes motivada pelo aquecimento da produção sucroalcooleira nacional a partir dos anos 2000. Portanto, com esse crescimento, o pequeno estado de Sergipe, o menor do Brasil, passou a demandar e a ofertar mão-de-obra para o mercado de trabalho da indústria canavieira. Sendo assim, vejam que estou observando o fenômeno a partir de uma zona de fronteira agrícola. Atraente não apenas pelo impacto sobre os circuitos regionais de migração mas, sobretudo, pela conformação das relações de trabalho, o que certamente influencia nas formas de inserção/manutenção do vínculo ocupacional e estratégias de vida desses trabalhadores.

De recorte qualitativo, a pesquisa recorreu a entrevistas biográficas com os casos selecionados a partir de atributos tais como gênero, proveniência, experiência de migração, faixa etária e tempo de trabalho. Marcadores que se mostraram importantes na composição do mosaico que compõem as identidades. Além de contar com um registro etnográfico dos espaços de trabalho e residência dos trabalhadores.

2. Formas de mediação e conflito nas narrativas de vida

Antes de apresentar os resultados da pesquisa, convém informar os procedimentos metodológicos adotados. A pesquisa de campo foi realizada em dois momentos: de dezembro a fevereiro entre os anos de 2011/2012 e 2012/2013. O universo amostral dos casos selecionados para as entrevistas em profundidade foi composto por 30 trabalhadores. A ausência de mulheres nessa atividade fez com que a amostra fosse composta majoritariamente por homens. Mas a condição de gênero não foi desprezada, visto que a distribuição sexual das ocupações na lavoura canavieira reserva outras tarefas às mulheres.

Desde o início da condução dos trabalhos estava claro que, por maior que fosse a minha familiaridade com o universo do trabalho nos canaviais, eu continuaria sendo um “estrangeiro” naquele contexto. Em termos sociológicos, eu não compartilhava o ambiente de socialização e os códigos sociais dos meus informantes. Por certo, essa constatação é quase um truísmo em pesquisas sociais com abordagem qualitativa; todavia, o modo como esse aparente problema é equacionado muito informa sobre os resultados almejados. Dessa forma, ao invés de desprezar (pela via do formalismo) ou tentar minorar (pela via, por exemplo, da pesquisa participante) aquela “diferença”, tomei-a como pressuposto epistemológico. Essa opção metodológica tem como lastro a ideia de que a entrevista é um encontro social no qual o conhecimento é construído. Como sugerem Holstein e Gubrium (2002), as entrevistas não são apenas um meio neutro ou um tipo de distorção, mas sim um local, uma ocasião para produzir um conhecimento reportável por si mesmo. Nesta perspectiva, os respondentes não são apenas repositórios de conhecimento esperando aquele que vai “extrair” a informação que necessita; eles são antes construtores do conhecimento em colaboração com os entrevistadores. Como correlato, tem-se que:

“Instead of refining the long list of methodological constraints under which ‘standardized’ interviews should be conducted, we suggest that researchers take a more ‘active’ perspective, begin to acknowledge, and capitalize upon, interviewers and respondents constitutive contributions to the production of interview data” (Holstein e Gubrium, 2002. pp. 113).

Em outras palavras, entender “como” o processo de “construção de significado” (meaning-making) se desenrola na entrevista é tão crítico quanto apreender “o quê” está sendo substantivamente perguntado. Por certo que o elemento investigado em minha pesquisa – o modo como se erigem identidades – torna esse aspecto ainda mais imperioso. Uma vez que não se deixam flagrar à primeira vista, a constituição de identidades envolve uma trama complexa de significados atribuídos às ações, às formas de representação social, entre outros aspectos. Nesse processo, os sujeitos não são passivos. O sujeito atrás do respondente, visto como ativo, não apenas detém os fatos e experiências, mas no variado processo de ofertar a resposta, ele construtivamente acrescenta, retira e transforma os fatos e detalhes. Portanto, e em acordo com Poupart (2008, p. 244), “em lugar de eliminar os efeitos do contexto, empenha-se doravante, em evidenciar e compreender a maneira como o contexto impregna os discursos e os diversos componentes capazes de atuar em sua construção social”. Isso informa sobre o modo a partir do qual as entrevistas foram conduzidas e interpretadas, bem como sobre o estatuto do entrevistado no presente estudo.

Como forma de melhor organizar os achados das entrevistas procurei sistematizá-los da seguinte maneira:

- A socialização anterior e/ou externa ao trabalho no corte de cana;
- As imagens do trabalho;
- Formas de resistência e conflito.

2.1 A socialização anterior e/ou externa ao trabalho no corte de cana

Para abrir e encaminhar a narrativa que doravante apresento, recorro à expressão que mais ouvi durante as entrevistas: “Cortar cana é um serviço pesado”. É quase impossível não se deparar com esse relato quando se trata das condições de trabalho no corte da cana. Ainda que variassem as experiências de trabalho em diferentes usinas, inclusive entre os que migraram para outros estados, a maneira de qualificar o trabalho no corte da cana permanece invariável. O truísmo da afirmação inicial, todavia, poderia assumir outra perspectiva se a narrativa privilegiasse os avanços na incorporação dos direitos para esse setor de atividade. Da condição de escravos aos dias de hoje, a narrativa deixaria entrever uma aparente trajetória positiva de mudanças. Mas esse lapso temporal não faz jus ao lento e doloroso processo de mudança das relações de trabalho no campo brasileiro.

De onde vêm aqueles que acorrem para os canaviais em busca de trabalho? Assim formulada, a pergunta é pretensiosa. Se originariamente era a mão-de-obra escrava que preenchia as ocupações nos engenhos, com a extinção da escravidão e o modo particular como se desenvolveram as relações de trabalho e o acesso à terra no Brasil, não é descabido dizer que sempre existiu ali um estoque de população cujos meios de sobrevivência eram precários. Os achados de outros pesquisadores no tocante à vida pregressa dos trabalhadores do eito mostram que as respostas tendem a ser convergentes quanto à origem familiar (Woortmann, 1990; Silva, 1999; Menezes, 2002). Oriundos de famílias de pequenos produtores rurais, por vezes ex-funcionários dos antigos engenhos da região, os trabalhadores entrevistados foram socializados em um ambiente onde a atividade na roça era parte integrante das suas tarefas diárias. No contraponto, a escola surge como algo distante, fora do ideário em que foram criados. Os conhecimentos ali fornecidos são para outra realidade. Sendo assim, na maioria dos casos, o início prematuro nas atividades de trabalho no campo foi a regra encontrada.

Os relatos, quando postos em conjunto, aproximam-se na forma como se apresentam essas narrativas. O que poderia acenar para a tese da existência de um “exército de reserva”. Conquanto não nos pareça descabida essa consideração, ao menos enquanto metáfora, ela induz a uma leitura que obscurece pequenas diferenças sobre o modo como essas populações organizam suas estratégias de vida. Pequenos, mas não menos importantes, pontos de inflexão mostram como os indivíduos equacionam suas estratégias de reprodução em razão da atividade econômica considerada prioritária por eles. O trabalho externo dos membros dessa família, em outros setores de atividade, pode ser regulado, por exemplo, em razão do sucesso ou infortúnio de uma pequena lavoura de subsistência.

É isso que faz com que, ainda que seja evidente o caráter precário e degradante da condição de trabalho, as decisões tomadas pelos indivíduos assumam novos significados quando compreendidas a partir do quadro social mais amplo no qual ele está inserido.

O mesmo ocorre quando observamos a iniciação no trabalho, que ocorre já desde o início da adolescência. Os relatos dão prova de como a mão-de-obra das crianças vai sendo requisitada como complemento da renda familiar, seja em atividade própria ou externa. Mas esse processo obedece a um escalonamento, os mais novos acabam sendo preteridos em detrimento dos mais velhos. As meninas também ocupam outras funções, mais ligadas às atividades domésticas. A escola, quando surge, revela-se pouco compatível com as necessidades imediatas das famílias.

Na comparação com as idades apontadas como momento do início do trabalho, chamo a atenção para a demarcação simbólica da idade. Ela não parece obedecer a uma ordem cronológica que fixa uma determinada idade como indicador da aptidão ao trabalho. Ao invés, o que se tem é uma demarcação que associa a força física ao conhecimento das atividades requeridas na roça. Trata-se, portanto, de uma representação simbólica em torno do momento tido como propício ao início das atividades laborais. Ser “mais velho”, nesse modo de escalonar o tempo, significa já ser considerado “apto” ao trabalho.

Há ainda outro marcador simbólico associado ao trabalho que nos leva a percebê-lo como um ritual de passagem para um suposto “amadurecimento”. Nesse sentido, fazer-se “homem” passa pelo trabalho. Sobre esse ponto, as narrativas sugerem, em diferentes passagens, a constituição de uma ética do “bom trabalhador”. Com razão, esse é um marcador identitário associado ao trabalho cujos efeitos transbordam para os espaços extratrabalho. Ele é o cimento que reforça vínculos entre os indivíduos e seus grupos de pertencimento, seja na comunidade ou no trabalho. Se, no varejo, em sua dimensão imediata, essa atividade laboral retira significado, no atacado, enquanto trabalho em sentido mais amplo, forja-se a imagem do “bom trabalhador”. Como o passar das narrativas, essa ética ficará ainda mais evidente pois será fraseada como compromisso de “retidão”, de “honestidade”, de “honradez” e de “merecimento”.

Nesse cenário, o ingresso nas usinas, na relação com outros possíveis empregos na região, surge quase que como uma consequência natural. Mas não decorre disso uma submissão fatalista. É certo que os indivíduos sabem, ou procuram saber, do tipo de atividade que irão desempenhar no corte da cana, das condições de trabalho, entre outros aspectos, e eles os levam em consideração em sua decisão. Ainda que o leque de opções seja diminuto, e reconhecendo que eles têm poucas credenciais que possam ser capitalizadas no mercado de trabalho, chama a atenção o modo como é equacionada a inserção ocupacional. Salta à vista o modo como os indivíduos vão tecendo suas estratégias de inserção ocupacional em razão dos limites e possibilidades na comparação com as outras atividades ao seu alcance.

2.2 As imagens do trabalho

Uma vez abordadas as experiências e representações que antecedem e/ou circundam o trabalho nos eitos, adentro agora nas questões que envolvem o trabalho no corte da cana. Num primeiro momento, atendo-me às características constitutivas desse tipo de trabalho sempre em diálogo com o modo como os sujeitos realçam, ou não, pontos de inflexão considerados importantes. Advirto, contudo, que a organização do texto não obedece a um suposto escalonamento valorativo em termos do que seria mais, ou menos, importante para os sujeitos.

A despeito de ser uma atividade realizada em um ambiente insalubre, sujeito as intemperes do tempo e que demanda extrema força física, não há homogeneidade no que se refere aos sentidos atribuídos pelos indivíduos a esse trabalho. Isso joga luz sob um tipo de abordagem que supõe que as posições sociais trazem, de modo inerente, um conjunto de interesses. Para o tipo de elemento que quero circunscrever, as identidades, essa simplificação incorreria em grave prejuízo. Ao reduzir o foco de análise, o que se percebe é não somente a diversidade semântica no que se refere a maneira como os indivíduos imputam sentido as suas ações, bem como um intenso jogo de “negociação identitária” que escapa facilmente das associações simplistas assentadas em binaridades tais como “camponês” vs “operário”.

Isso fica evidente quando se observam as reações a um recurso fartamente utilizado pelas usinas para aumentar a produtividade dos trabalhadores, o pagamento por produção. É comum haver alguma premiação para os que atingem uma produtividade considerada desejável que, em Sergipe é de seis toneladas ao dia. Não obstante, trata-se de uma regra informal que impele o trabalhador a produzir ao menos a média diária para evitar sanções, ou mesmo a demissão. A “oferta” é de uma cesta básica para os que atingem oito toneladas de produção diária, contabilizando 48 toneladas por semanaⁱ. O benefício requer que o trabalhador não se ausente na semana em questão. Em apenas uma usina pude ouvir relatos de premiações maiores para os que superam tais metas; são oferecidos geladeiras, fogões ou televisores ao final da safra. Nos relatos, e era de se supor, os trabalhadores afirmam que conseguem atingir a média mínima exigida; todavia, o mesmo não ocorria com as oito toneladas exigidas para o bônus da premiação (chamada de “feirinha”). Nesse caso, há sempre muita reclamação.

Dois elementos precisam ser levados em consideração sobre as exigências de produtividade e a percepção que os trabalhadores têm sobre as mesmas. O primeiro aspecto diz respeito à aparente recusa em afirmar que não conseguem tirar a média mínima exigida. Não raro, nas entrevistas, depois de outras perguntas sobre os que mais produzem, alguns trabalhadores deixam entrever que não conseguem tirar mais que a média mínima exigida, não conseguindo atingir a média requerida para a “feirinha”. O que sugere uma certa vergonha em confessar que produz pouco, ou falar mais sobre as dificuldades em atingir a média. Ao invés, talvez como estratégia de defesa, opta-se por dizer que a média mínima é “fácil” de atingir. Entretanto, na outra ponta, quando perguntamos a respeito daqueles que mais produzem, e se procuram atingir tal patamar, as respostas divergem. O que surge é uma evidente resistência em assumir ser aquele que mais produz. Entre assumir que possui uma média alta de corte e taxar os que não atingem a média mínima existe um evidente jogo de palavras, que é um recurso de auto-proteção, no modo como se expressam a esse respeito. Isso vale tanto para a justificativa própria, quanto para aquela que é dada aos outros

Momentos de captura da contradição no discurso dos indivíduos também ocorrem em outras passagens, quando estes temas não estavam em foco. Nesse lapso entre a prática e o discurso, percebe-se que o indivíduo, em sua ação, leva em consideração, calibrando, a possibilidade de ganhos maiores e as condições de trabalho. Ou seja, ele pode “controlar” a sua produtividade, mesmo em boas condições, em razão da pesagem desfavorável, do calor extenuante, do cansaço, de alguma necessidade própria, entre outros fatores. Há, assim, alguma margem de controle sobre o seu próprio trabalho; mesmo se mínima, ela é exercitada. E exprimir a faculdade desse exercício, é, como vimos, subjetivamente relevante.

As táticas empregadas a esse respeito podem ser as mais diversas e encontram eco nos achados de outros pesquisadores. Foi assim que Silva (2012) reconheceu que o envolvimento dos trabalhadores não ocorre de modo completamente irrefletido. Entre a aquiescência e a rebeldia, o trabalhador tentará dar sentido ao seu trabalho, calibrando-o, na medida do possível, sempre no afã de não manchar a sua honra enquanto trabalhador (Silva, 2012).

Dessa forma, parece-me válido supor que mesmo o pagamento por produção, que certamente induz ao aumento da produtividade, passa pela mediação dos próprios indivíduos. Opera-se, em algum grau, uma ambiguidade nessa relação. Não é outro o significado sociológico de expressões que emergem nos discursos tal como: “meu dia a dia, eu sei fazer”. É o modo como ele equaciona as demandas que o induzem a, por um lado, aumentar a produtividade e conseqüentemente a renda e, por outro, as condições de trabalho.

Além disso, o discurso viril sobre o “machão”, aquele que corta mais cana, em oposição ao “jacaré” ou “aranha”ⁱⁱⁱ, que corta menos cana, prende-se a uma representação simbólica de afirmação perante o grupo. Nesse nível, não é de desmerecer que opera um mecanismo interno a formação das turmas de trabalho que os motiva a produzir mais. Nesse mesmo diapasão, despido de significados positivos, o trabalho aparece como coisa de “doido”, de “desmantelado”. Como se servisse de justificativa, para os outros, de que, uma vez ali, é preciso não pensar muito. Um dos entrevistados chega a lembrar que “não é doido assim de asilo”. Diferenciando-o, portanto, de alguém aparentemente insano. O ato reflexivo – portanto, para si – de considerar-se “desmantelado”, que traz como sinônimo o desleixo, pode significar também uma espécie de desnudamento de outros valores que, a princípio, fá-lo-ia agir com mais prudência. Não há como resistir a formulação de Weil (1979) sobre contextos que, como esse, manifestam uma espécie de invisibilidade do

próprio trabalhador. Não por acaso, Cover (2011) colhe como resposta à pergunta “no que você pensa enquanto corta cana?”, a seguinte afirmação: “penso apenas em cana”. Por esse via, vê-se que não é desprezível o eixo de uma identidade de trabalho assumida sob signo da precariedade.

Um tipo de trabalho sempre associado à condição de precariedade e a situações de extremo desgaste físico e mental assume uma imagem extremamente negativa. De certa forma, e como já disse, o que estou propondo aqui é justamente por em suspensão essa espécie de prelúdio eminentemente negativo que assume qualquer narrativa sobre o trabalho nos canaviais. A razão para isso atende a fins estritamente metodológicos. Desse modo, se é possível assumir que exista uma imagem negativa a respeito do trabalho no corte da cana, interessa-me arguir: a ação de negar atende a que fim? De que modo os indivíduos manifestam essa identidade?

A ideia da negatividade do trabalho no corte da cana é sentida também no discurso dos entrevistados. A representação do seu trabalho está sempre associada a adjetivos tais como pesado, cansativo, ou ainda em expressões como “coisa de doido”, entre outras. Ademais, e esse é um aspecto de extrema importância, eles próprios não se veem como “cortadores de cana”, não no sentido de reconhecerem essa atividade como uma profissão. Costumam afirmar que não possuem uma “profissão”, seja em razão da ausência de formação escolar, seja por reconhecerem como sua outra profissão que exerceram em algum momento de suas vidas. Qualquer que seja o motivo, nele se entrevê um forte indício de que a atividade atual que exercem não propicia elementos simbólicos positivos ao sabor dos quais se estrutura um eixo para aflorar uma identidade de trabalho. O trabalho ao invés de conferir reconhecimento, retira-o. Assim, quando afirma ser cortador de cana, segue-se a essa resposta uma justificativa que por vezes assume um tom jocoso.

A esse respeito, as perguntas foram formuladas questionando sobre se os trabalhadores consideravam a sua ocupação como sendo uma “profissão”. Por certo, uma identidade profissional não se deixa flagrar facilmente através de uma pergunta assim formulada, que almeja ir direto ao ponto. Todavia, decidi incluí-la para perceber a reação dos meus informantes. Até porque não seria esta a primeira vez em que eles teriam sido convidados a revelá-la, a pergunta está presente em questionários padronizados para obtenção de crédito, para abertura de conta em banco, em formulários para acesso a programas do governo; ou seja, ela faz (ou fez) parte, em algum momento, da vida dessas pessoas. Pareceu-me plausível a sua inclusão. Se, por um lado, o modo como se apresentam as respostas parece muitas vezes indicar uma negação do trabalho que realizam, por outro, ela precisa ser entendida no contexto da interação social. O “outro” dessa interação é o sujeito externo aquela realidade de trabalho, qualquer que seja ele. Ademais, além de um possível problema semântico com o significado da palavra profissão – que de fato existe – estou supondo que há um ato intencional dos sujeitos em transmitir outra identidade e que se deixa manifestar em outros momentos da entrevista.

Para tanto, a linguagem constitui um espaço capaz de (res)significar os sentidos atribuídos à profissão – mas não somente a ela – que em geral são negativos. Há um desafio sempre presente que remete à necessidade de sondar os significados conferidos a determinadas formas de expressão, sejam elas verbalizadas ou não. Isso confere musculatura ao tipo de abordagem que desenvolvo, calcada na observação da percepção dos indivíduos, de maneira a refletir os elementos simbólicos que fundamentam o sentido da ação social (Weber, 1999). Desse modo, por diversas vezes voltei às entrevistas para conferir o intrincado jogo de significados na maneira como os meus informantes se expressavam.

Aqui também está o caráter contingente, ou multifacetado, de um modo particular de representação identitária. Ora, a mediação dos indivíduos face à imagem aparentemente negativa do trabalho expressa algum grau de reflexividade que não se resume ao simples assentimento. Essa reflexividade irá diluir a negatividade por meio do recurso a outros elementos, oriundos de diferentes marcadores identitários e mais associados seja ao que advém dos resultados do trabalho, seja ao compromisso de ser um trabalhador “honrado”. Assim, antes que identificar uma identidade, haveria um processo de “negociação identitária” que descortina a trama de interesses que mobilizam as ações dos indivíduos.

O efeito deletério dessa imagem associada ao trabalho que realizam se associa a outro motivo presente no discurso dos indivíduos para justificar seu engajamento no corte da cana: a dimensão financeira. Eles são,

por esse raciocínio, motivados a trabalhar no corte em razão do salário, da carteira assinada, um benefício quando comparado com as outras oportunidades de trabalho disponíveis na região em que vivem. Mas isso não implica dizer que não existam outras dimensões que também são levadas em consideração. Pude perceber como em todos os casos os indivíduos elencavam, sutilmente, outros fatores que indicam que eles submetem o critério financeiro aos custos envolvidos em trabalhar longe de casa, por exemplo. “Custo”, aqui, deve ser contabilizado sobretudo como um custo sentimental, por estar longe da família, de casa e dos amigos. O elemento subjetivo que subjaz a essa asserção não se transmuta facilmente em palavras.

A manipulação dessa narrativa por parte do sujeito perfaz, enquanto ordenação da atribuição de sentido às suas ações, um intenso jogo identitário. Decorre dessas narrativas uma imagem (ou imagens) que se pretende transmitir, conscientemente ou não. Por seu turno, para revelá-las é preciso recorrer às situações de interação, ou seja, o contexto da interação social cria a expectativa de comportamento e o indivíduo a levará em consideração na sua ação. É aquilo que Goffman (2011) havia chamado de “preservação da fachada”. De caráter ritualístico, ela envolve uma espécie de sondagem prévia acerca da expectativa de comportamento esperada pelo interlocutor. Por essa razão, parece válido questionar um tipo de abordagem que reduz a representação identitária que se tem desses trabalhadores a um suposto imobilismo e passividade, ou no pólo contrário, tomando-os como rebeldes. As decisões, como vimos, comportam algum cálculo de tomada de posição. Elas são feitas de modo ativo, como escolhas, variando conforme o leque de oportunidades que se apresentam naquele momento e conforme a sua trajetória laboral e familiar.

2.3 Formas de resistência e conflito

Descortinar os significados contidos na linguagem dos indivíduos suscitou diferentes questões com o andamento das entrevistas. Uma delas diz respeito ao que se supõe ser uma ação de resistência ou conflito. Para tanto, foi preciso antes recusar a ideia de que a delimitação de uma determinada situação como sendo “revoltante” independe apreensão que os indivíduos fazem dela. Quero dizer com isso que, como já havia sugerido Barrington Moore (1978), a percepção de injustiça pode variar no tempo e no espaço. De igual modo, parece-me reducionista considerar como “ações de resistência” apenas aquelas em que o opositor seja claramente definido e tenha como intuito subverter, transformar, a situação em questão. De igual modo, não há porque supor, creio, ao menos analiticamente, que essas ações devam ser reduzidas a “práticas”, no sentido de ações concretas de resistência. O arco de considerações que está no plano das ideias, nas configurações discursivas, ou, se preferir, da consciência, pode prescindir da materialidade enquanto forma concreta de confronto que, por ventura, assuma. Dizendo de outro modo, a linguagem expressa, também, um campo de tensões e conflitos que apresenta uma dinâmica própria. Não sem razão, Scott (1990) chama a atenção para o modo particular de confronto entre dois tipos de discurso sobre uma mesma realidade, aquele que é “produzido” pelos dominantes e, na outra ponta, o que pertence aos “dominados”.

Durante a pesquisa ficou evidente que buscar formas de conflito aberto restringiria, ou mesmo esconderia, ampla parcela de ações de resistência que acontecem de maneira velada. Curiosamente, observei que a referência a tais ações, nas entrevistas que conduzi, não estavam nos momentos em que o tema da conversa versava sobre “conflitos”. De maneira geral, as ações que denotam formas de resistência e oposição às situações enfrentadas pelos trabalhadores aparecem em outros momentos. Mesmo assim, sempre marcadas pela cautela no modo como expressam o seu pensamento.

A razão para tal decorre da morfologia dos conflitos nesse contexto, ou seja, quanto mais aberto ele é, mais anônimo deve parecer. Aqui, é o sindicato, a justiça do trabalho quem pode se manifestar em primeira pessoa, não o trabalhador. Do contrário, este coloca em risco a manutenção do seu emprego e, quiçá, da sua vida. Acrescente-se a isso o fato de que a linguagem dos direitos demanda dos indivíduos uma alteração na forma como se percebem a si mesmos, exige-se outra identidade. Essa conversão não é simples. Pode-se atribuir a isso a baixa ocorrência de litígios que foram judicializados. O que, nem de longe, implicava um cenário de simples aquiescência.

Ocorre que o enredo dos conflitos nesse contexto opera em outro eixo. Com isso, não sendo generalizada uma identidade de trabalhador como sujeitos portadores de direitos, e uma vez que a tradição local preza pela negociação entre as partes divergentes de forma pessoalizada, os indivíduos sempre recorrem a uma conversa

com o seu superior hierárquico imediato para resolver alguma questão. Portanto, o vínculo que une o empregado à empresa não é totalmente impessoal, como supõe o contrato legal de trabalho. Ao contrário, ele é carregado de elementos externos e encontra-se embebido nas relações pessoais. Lembremo-nos que, a indicação a uma vaga de trabalho é muitas vezes vista como um “favor”, dotando o vínculo empregatício de obrigações morais. Se, verticalmente, ele se apresenta dessa forma, também o é horizontalmente. Entre os trabalhadores, especialmente para os casos em que um indica outro, estabelece-se uma espécie de “pacto” informal. Aquele que é “indicado” por outro trabalhador não pode causar conflito sob pena de colocar o nome de quem lhe indicou em risco. Portanto, permeia os vários relatos uma noção nativa de justiça que nem sempre se transmuta com a linguagem dos direitos. Ela é tributária de uma noção de reciprocidade e de honra que serve de esteio às relações sociais cotidianas. Em alusão a Mauss (2013), essa representação simbólica nutre-se de uma ambiguidade ao esperar do outro uma compensação. A meu ver, tal mecanismo acaba por reforçar um deslocamento dos conflitos para outra seara.

Com isso, as pequenas ações cotidianas de resistência manifestam-se nas tentativas de controlar a produtividade, na interrupção do trabalho, na dissimulação, enquanto recursos mobilizados pelos indivíduos como forma de se contrapor ao discurso patronal. Daí porque o conflito precisa ser “mediado”, “negociado” em sua concepção nativa. Isso ocorre, mais das vezes, com o superior imediato responsável pela turma de trabalho e não com a usina. Em outra chave, o vínculo que estou supondo existir entre a coletânea de manifestações de resistência que operam ao nível micro, em geral de modo velado, e as formas mais abertas de confronto vai depender não apenas dos constrangimentos da estrutura de dominação a qual estão submetidos, mas sobretudo da percepção que os indivíduos desenvolvem acerca de um sentimento de “injustiça” que possa ser compartilhado e vivenciado como tal.

A linguagem dos direitos noticiada pelas ações dos sindicatos e a Justiça do Trabalho, que canalizaria esse conflito para o seu aspecto formal/legal, requer muito mais do que a mera eficácia em sua aplicação. Com isso, à medida que a linguagem dos direitos vai se tornando mais palatável para os trabalhadores, promove-se também uma reconversão de suas práticas habituais e do imaginário social a respeito das suas condições de trabalho. Isso envolve também a construção de outro eixo identitário na maneira como se apresentam: não mais como “trabalhador de roça”, que não possui direitos, mas como “assalariados”, que conhece “seus direitos”. Ressalto também que essa espécie de reconversão identitária, no eixo de uma identidade de trabalho compartilhada enquanto tal e que dá forma a um tipo de solidariedade, não é tributária apenas das relações que se desenvolvem nos espaços de trabalho. Ela ecoa e se nutre nas esferas de comunicações que vão mais além do eixo do trabalho. Sim, estou falando dos locais de moradia, dos momentos de lazer que podem induzir laços de solidariedade e resistência. Eles encampam uma rede de informações através da qual se desenvolvem estratégias de proteção entre os próprios trabalhadores. Ao longo das entrevistas, vimos como os trabalhadores trocam informações sobre oportunidades ocupacionais, a respeito das usinas, discutem as táticas de resistência, entre outras questões que certamente são forjadas nesses espaços de convivência.

3. Uma conclusão temporária

O que fiz nesse estudo foi reduzir o foco de análise ao nível microssociológico para trazer à tona o modo como se erigem as identidades. Assentadas em uma percepção subjetiva das distintas realidades em que vivem, elas deixam entrever a mecânica das formas de engajamento possíveis. O suposto é o de que os indivíduos exerçam alguma mediação em face dos constrangimentos da estrutura. Os seus interesses, expressos através das imagens/identidades que vão manipulando ao longo dos contextos de interação social, só encontram sentido na medida em que são assumidos de maneira ativa. Não há um vínculo restrito que prenda a condição social à identidade social dela recorrente. As identidades representam arranjos instáveis e contingentes que animam o modo como se manifesta os seus interesses.

Esses achados dialogam com os de outros pesquisadores que também estiveram atentos à dimensão da agência no estudo das formas de reprodução social. Estudar o modo como se erigem as identidades me serviu como uma janela para observar as percepções tecidas sobre um tipo de trabalho e de contexto social sempre associado à dimensão da precariedade. Por esse caminho, conduzi o meu argumento não para formular uma

tese contrária, mas para retirar o véu que por vezes encobre a trama sobre a qual se assenta o modo como os indivíduos, no seu cotidiano, vivenciam as situações a ele impostas. Em poucas palavras, acredito que esse percurso restitui-lhes a imagem de “sujeitos da história”.

Referências bibliográficas

Scott, James. C. (1990). *Domination and the Arts of Resistance: hidden transcripts*. Michigan: Yale University Press and New Haven and London.

Barrington Moore, Jr. (1978). *Injustice: The Social Bases of Obedience and Revolt*. Stamford: Ray Freiman & Company.

Cover, Maciel (2011). *O “Tranco da Roça” e a “Vida no Barraco”*: um estudo sobre trabalhadores migrantes no setor do agronegócio canavieiro. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades. Campina Grande.

Goffman, Erving (2011). *Ritual de Interação: ensaios sobre o comportamento face a face*. Petrópolis, RJ: Vozes – (Coleção Sociologia).

Holstein, James. A. and Gubrium, Jaber. F. (2002). Active Interviewing. In Weinberg, Darin (org.), *Qualitative Research Methods*. Massachusetts: Blackwell Publishers.

Mauss, Marcel (2013). *Ensaio sobre a Dádiva*. São Paulo: Cosac Naify.

Menezes, Marilda. A. (2002). *Redes e Enredos nas Trilhas dos Migrantes*: um estudo de famílias de camponeses-migrantes. Rio de Janeiro: Relume Dumará; João Pessoa, PB: EDUFPB.

Poupart, Jean. et al. (2008). *A Pesquisa Qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis-Rj: Vozes.

Thompson, Edward. P. (1987). *A Formação da Classe Operária*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Silva, Maria Aparecida de M. (1999). *Errantes do Fim do Século*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP.

Silva, Marcelo S. da. (2012). *Migrantes nos Canaviais Paulistas: sociabilidades, condições de trabalho e formas de resistência!* Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades. Campina Grande.

Weber, Max. (1999). *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Vol. 2. Brasília, DF: Ed. UnB.

Weil, Simone (1979). *A Condição Operária e Outros Estudos sobre Opressão*. In Bosi, Ecléa. (org.). São Paulo: Paz e Terra.

Woortmann, Klass (1990). Migração, Família e Campensinato. In *Revista Brasileira de Estudos de População*. Jan./jun. 35-53.

ⁱ A média de produtividade em Sergipe varia entre 6 a 10 toneladas de cana cortada por trabalhador. No Centro/Sul, esse número ultrapassa 15 toneladas de média.

ⁱⁱ Expressões nativas usadas pelos indivíduos para nominar estereótipos de trabalhadores.